II SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UNIFESSPA
A Pesquisa Científica e as Interações com a Realidade Amazônica
1 E 2 DE FEVEREIRO DE 2018

'De criança à menor': infância e pobreza sob a ótica dos discursos jurídicos na Amazônia nas primeiras décadas do século XX.

Leticia Souto Pantoja[1]
[1]*Profa. da FACED, Instituto de Ciências Humanas. Grupo Kairós de estudos e pesquisas interdisciplinares em História, Sociedade e Educação, Unifesspa, 68.508-180, Belém-Pará, Brasil.*

Palavras-Chave: Amazônia. Infância. Pobreza.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto *"Da tutela à disciplina, da proteção ao mundo do trabalho: história(s) das infância(s) pobre(s) na Amazônia"* investiga as experiências de infância construídas por crianças e juvenis que habitavam a cidade de Belém, entre os anos de 1915 e 1940. Nesse sentido, busca compreender como tais sujeitos históricos dentre o expressivo segmento de trabalhadores pobres urbanos, entreteceram práticas de apropriação e de uso dos espaços citadinos, a partir das quais forjaram suas identidades sociais no contexto de uma cidade que se metropolizava, ao mesmo tempo em que convivia com o fastígio de um dos setores mais importantes da economia local (o dos negócios de exportação da borracha nativa). Com substrato na leitura de documentos de origem policial, jurídica e judiciária, pesquisa-se as formas de inserção de menores na esfera do trabalho formal/informal. Paralelamente, investiga-se as práticas de cuidado desenvolvidas pelos poderes públicos locais e pelas camadas letradas em relação a crianças e juvenis pobres, órfãos e/ou desvalidos. Parte-se do entendimento que na Amazônia, Belém se constituiu um espaço contraditório em si mesmo, no qual a utilização cotidiana de artefatos tecnológicos conviveu com a miséria, com o desemprego e com o alargamento d os efeitos jurídico-policiais da pobreza, ampliando a criminalidade. Tais condições históricas impactaram não apenas o 'mundo dos adultos', mas incidiram diretamente nas formas de vivenciar a infância de crianças e juvenis oriundos das camadas empobrecidas, os quais foram inseridos precocemente no mundo do trabalho, além de passarem a ser estreitamente vigiados com base na implantação de uma série de políticas públicas de controle jurídico e disciplinarização de comportamentos. Assim, objetiva-se no âmbito de uma leitura mais ampla da história local, inventariar e compreender o lugar social ocupado pelas crianças e adolescentes pertencentes às classes trabalhadoras na construção de uma experiência histórica na/da cidade em franco processo de modernização, reconhecendo que foram sujeitos históricos importantes e atuantes nessa realidade, tecendo suas próprias experiências em face do contexto histórico em que se encontravam.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Na primeira etapa do projeto (já concluída) foram inventariadas e digitalizadas fontes documentais de natureza judiciária, que se referem à história da infância amazônida entre os anos de 1915 e 1939. Especificamente, processos judiciais de acidentes de trabalho, castigos imoderados, estupros, tutelas, prestações de conta em tutelas e petições diversas envolvendo crianças e adolescentes de Belém e áreas próximas.

Com base nesses processos de investigação pôde-se discutir preliminarmente as formas de atenção à infância pobre, órfã e/ou desvalida construídas pelos poderes públicos

locais; a inserção das crianças pertencentes as camadas mais pobres no mercado formal e informal de trabalho, e ainda, os modos mais correntes de disciplinamento aplicados sobre os menores trabalhadores.

Na segunda fase da pesquisa, ainda em desenvolvimento, está sendo feita a transcrição da documentação coletada e, por conseguinte, a análise do teor dos processos com vistas a identificar certos aspectos, a saber: as motivações mais recorrentes que eram utilizadas como justificativas para a inserção de crianças e juvenis no mundo do trabalho formal e informal; as principais causas de acidentes envolvendo crianças em ambiente laborioso; a existência de um circuito extra oficial de movimentação (circulação) de crianças classificadas como desvalidas entre os segmentos mais abastados da região; as formas mais comuns de disciplina parental e/ou tutelar aplicadas sobre comportamentos considerados inadequados socialmente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Oscilantes entre os discursos melancólicos que denunciavam os efeitos dos reveses econômicos ocorridos a partir de 1910 sobre a região e a presença de uma cotidianeidade que pretendia se firmar cosmopolita, sustentada pela assimilação de hábitos, de valores e de bens de consumo ditos modernos; as principais cidades da Amazônia (Belém e Manaus) atravessaram décadas de agitação após o grande colapso do comércio extrativista.

Especialmente nas décadas de 20 e 30, as expressões de riqueza coexistiram com sinais de extrema pobreza e o luxuoso consumo de artefatos de modernidade sustentou-se, apesar das altas taxas de desemprego e da diminuição do poder de compra dos segmentos de trabalhadores urbanos.

As transformações ocorridas na conjuntura econômica local e nacional, que solaparam o modelo de desenvolvimento baseado no extrativismo do látex, acirraram mais ainda os mecanismos de pauperização de classe e desnudaram certas práticas já existentes de trabalho, educação, autoridade e disciplina em relação às crianças pertencentes aos segmentos de trabalhadores urbanos.

Sob esta ótica, aspectos relacionados a precoce inserção de meninos e meninas no mercado de trabalho, situações de abandono parental ou exercício da disciplina por meio de castigos físicos, além do acirramento das medidas de repressão a menoridade classificada como delinquente, constituem fenômenos importantes que existiram no período, muito embora ainda sejam pouco estudados pela historiografia nacional.

Assim, ao revisitar os modos de viver e de sobreviver na urbe articulados por crianças e adolescentes trabalhadores, classificados como menores por força de lei é possível identificar a presença ostensiva desses meninos e meninas ocupando os mais diversos espaços sociais. Paradoxalmente, dentre as obras que debatem a história regional nesse período verificou-se que ainda não foi desenvolvida pesquisa específica, cuja preocupação seja compreender os modos como infantes e juvenis experimentaram tal contexto contraditório e complexo.

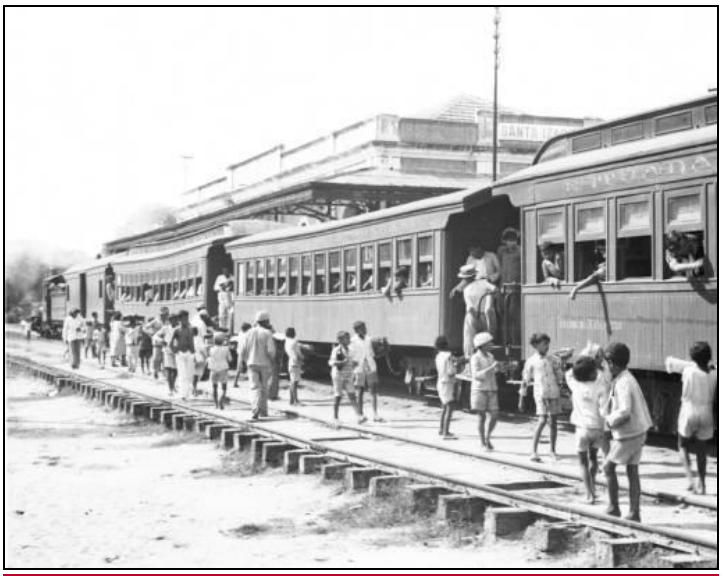

Imagem: crianças vendedoras, na estação de trem de Santa Izabel; município nascido a partir da expansão da Estrada de Ferro Belém-Bragança, a cerca de 44 km da capital. Longe das representações de vagabundagem e ociosidade expressas nos jornais, percebe-se a disputa por compradores, os trajes simplórios e os pés descalços dos pequenos trabalhadores. 1935. **Fonte**: acervo pessoal de Harriet Platt.

Paralelamente, o conteúdo das fontes indica que meninos e meninas mestiços, pardos e pretos, advindos das camadas pobres e trabalhadoras estavam potencialmente mais propensos a serem objeto de reprimendas físicas por parte de patrões, tutores e autoridades públicas. Além de formarem um expressivo contingente de infantes em condição de orfandade e/ou abandono.

Não obstante, a questão da utilização de surras, pauladas e castigos físicos diversos como instrumentos para disciplinar o comportamento das crianças e/ou obter controle sob o 'uso do tempo' infantil mostrou-se algo comum e até esperado no âmbito dos processos pesquisados. Nessa perspectiva, parece haver o entendimento de que era necessário assegurar que as crianças estivessem sempre vigiadas e que suas condutas fossem costumeiramente 'ajustadas' às expectativas do 'mundo adulto'.

4. CONCLUSÃO

A identificação de novos fundos documentais pertencentes que contemplam processos de tutela, curatela, busca e apreensão de menores, estupros, atentados ao pudor e castigos imoderados, possibilitou identificar a existência de um discurso específico sobre a infância pobre da região Amazônica, a partir da história de vida e trabalho das crianças que viviam em Belém entre 1915 e 1940.

Essas representações discursivas foram construídas por profissionais do direito (promotores, juízes, advogados), tutores, delegados e por representantes dos poderes públicos locais, abordando os modos de lidar com crianças e juvenis oriundos das camadas empobrecidas da cidade e também definindo as práticas de disciplina e trabalho, que deveriam ser difundidas para inserir as crianças pobres, órfãs e/ou desvalidas na dinâmica da modernidade citadina.

Para esses segmentos, a criança pobre trabalhadora (ou não) poderia ser considerada uma criança criminosa *em potencial* ou o quê, na classificação jurídica da época chamava-se de 'menor' (aquele que não atingiu a maioridade civil e/ou criminal e que se revela um infante ou jovem potencialmente delinquente e criminoso). Tudo isto, em virtude das condições sociais em que viviam, descritas como fatores de iminente risco moral e social.

Desse modo, entendia-se que o único meio de regeneração desses indivíduos seria sua inserção no mundo do trabalho formal, nas fábricas, oficinas, escolas de aprendizes e artífices ou como empregado(a)s doméstico(a)s. E neste caso, o trabalho informal nas ruas, praças ou logradouros públicos também era indesejado, na medida em que possibilitava a livre circulação desses infantes sem qualquer fiscalização ou controle.

Por outro lado, notou-se que a disciplinarização dos comportamentos infantis por meio do emprego de castigos físicos constituía-se uma espécie de prática pedagógica; posto que ensinava ao menino ou menina classificado como 'desobediente', o seu verdadeiro lugar social em um universo comandado por adultos e com ritmos, exigências de trabalho, expectativas afetivas próprias aos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos Cesar. *A emergência do código de menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores.* São Paulo: FFLCH/USP.1989. Mestrado.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *História social da infância no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2005.

GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.* São Paulo: Companhia das Letras,1987.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada.* São Paulo: Hucitec, 2006.

PILOTTI,F. e RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.* Rio de Janeiro. EDUSU/AMAIS/Inst. Interam. Del Niño. 1995.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1994.

PRIORE, Mary Del (org). *História das crianças no Brasil.* São Paulo.Contexto.1996

RIZZINI, Irene (org). *Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República.* Rio de Janeiro: EDUSU, 2000.

SÁ, Isabel Guimarães. *Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas.* In: Penélope- fazer e desfazer a história. Estudos, 1988. P.75-89.

ZELIZER, Viviana. *Princing the priceless child: the changing social value of children.* Pirinceton University Press, 1985.